

Bianca Selhorst

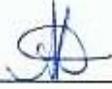
**MARIANA E BRUMADINHO: ANÁLISE DO DISCURSO DOS
ESQUECIMENTOS NAS NARRATIVAS DAS TRAGÉDIAS AMBIENTAIS E
HUMANAS**

Este artigo foi julgado adequado à obtenção do grau de bacharel em Jornalismo e aprovado em sua forma final com média 10,0, pelo Curso de Jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 09 de dezembro de 2019

Prof (a). Me. Darlete Cardoso (Orientador (a)) 
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof.(a) Dr. Alexandre Lenzi. (Convidado (a)) 
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof.(a) Dr. Andreia Daltoé (Convidado (a)) 
Universidade do Sul de Santa Catarina

MARIANA E BRUMADINHO: ANÁLISE DO DISCURSO DOS ESQUECIMENTOS NAS NARRATIVAS DAS TRAGÉDIAS AMBIENTAIS E HUMANAS¹

Bianca Selhorst²

Resumo: O presente trabalho analisa as reportagens das tragédias de Mariana e Brumadinho nos jornais *Estado de Minas* e *Folha de S.Paulo*, sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, observando os efeitos de sentidos e os esquecimentos, teoria criada por Michael Pêcheux. São avaliados os efeitos de sentidos que o emprego de termos como tragédia, acidente, desastre e crime produziu na construção das narrativas dos acontecimentos. Percebe-se que, mesmo diante de lugares de fala diferentes, os discursos dos veículos de comunicação analisados se equivalem e trazem entendimentos semelhantes. No escopo teórico da AD são utilizados Pêcheux (1988), Orlandi (2009), Malidier (2003) e Charaudeau (2009). Já no jornalismo, Lage (2001), em especial, contextualiza o papel do jornalista.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Jornalismo. Sentido. Esquecimento. Tragédia.

1. Introdução

O Brasil acompanhou, em diferentes veículos de comunicação, a cobertura jornalística do rompimento das barragens de Mariana, em Minas Gerais, no final de 2015. Mais de três anos depois, outra barragem de rejeitos de minérios se rompe no mesmo estado, desta vez o local é a cidade de Brumadinho. Mais uma vez, a mídia nacional se desloca para a cobertura da tragédia que vitimou cerca de 250 pessoas e deixou tantas outras desabrigadas.

Esse trabalho, portanto, delimita-se a analisar as narrativas das tragédias de Mariana e Brumadinho em veículos de comunicação impressos. Para isso, optou-se por um jornal de abrangência do local dos acontecimentos, ou seja, Minas Gerais, e outro com alcance nacional. Assim, as narrativas feitas pelos jornais *Estado de Minas* e *Folha de S. Paulo*, no dia posterior às tragédias e uma semana depois, serão analisadas pela ótica dos efeitos de sentidos e esquecimentos na Análise do Discurso (AD) de linha francesa, tratados por Michael Pêcheux (1988).

Define-se como tema de pesquisa a cobertura jornalística dos rompimentos das barragens que aconteceram, respectivamente, em 5 de novembro de 2015 e 25 de janeiro de 2019. Dentro deste contexto, avaliar como a imprensa tratou os dois casos promove

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Jornalismo, da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, orientado pela professora Msc. Darlete Cardoso.

² Autora do Artigo. E-mail: biancaselhorsts@gmail.com.

conhecimentos a serem aplicados como base para outros tipos de coberturas jornalísticas que envolvam vítimas, desabrigados e danos à natureza.

Como os esquecimentos tratados por Pêcheux na AD caracterizam os relatos jornalísticos dos rompimentos das Barragens de Mariana e Brumadinho produzidos pela imprensa brasileira? Quais efeitos de sentido os esquecimentos da AD constroem em ambos os relatos, comparativamente, tendo em vista os pontos em comum e as divergências? Quais esquecimentos foram determinantes para a construção dos relatos jornalísticos sobre as tragédias, o número 1 ou o 2, de acordo com a AD? São essas questões que buscaremos responder neste artigo, na medida em que se compreende ser necessário promover uma avaliação dos discursos jornalísticos produzidos sobre as tragédias.

Como teoria de pesquisa, a AD trata os esquecimentos como parte da construção de sentidos no discurso. E define que, para o dito adquirir significados, os sujeitos se apropriam de sentidos anteriores e passam a utilizá-los como se fossem próprios, resultando em um agregado de valores que dão corpo a um discurso (ORLANDI, 2009).

Entender a origem do que é/foi dito acaba, muitas vezes, por se entrelaçar com conhecimentos adquiridos, mesmo inconscientemente, ao longo de nossas vidas. Assim, percebe-se que analisar os traços de esquecimentos existentes nas coberturas das duas tragédias possibilita compreender como os discursos foram moldados, tanto na primeira como na segunda narrativa. Isso torna possível observar pontos em comum e divergências em relação à narrativa jornalística construída em cada acontecimento.

Mesmo ocorrendo com três anos de diferença, é possível perceber que algumas palavras eram utilizadas com frequência na primeira cobertura e também na segunda, como tragédia e acidente. Já algumas expressões foram substituídas por outras com a intensão de produzir novos sentidos como a palavra crime. E esses termos não foram apenas aplicados em relação ao meio ambiente, mas também para as vidas humanas ceifadas. Por isso, são destacados os contextos criados pelo emprego das palavras nos discursos que descrevem as tragédias que assolaram Minas Gerais em 2015 e 2019.

O interesse pelo estudo parte da observação da autora que acompanhou a cobertura da mídia nas duas tragédias e que elenca como objetivo geral deste trabalho averiguar como os esquecimentos em AD deixam pistas e caracterizam os relatos jornalísticos dos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho produzidos pela imprensa brasileira. Já os objetivos específicos são: analisar os relatos jornalísticos produzidos pela imprensa brasileira sobre os rompimentos das Barragens de Mariana e Brumadinho, verificando os efeitos de sentidos que os esquecimentos constroem em ambos os relatos

comparativamente, em relação aos pontos em comum e às divergências e avaliar quais esquecimentos da AD são determinantes para a construção dos relatos jornalísticos sobre as tragédias.

A metodologia utiliza como tipo de pesquisa a Análise do Discurso (AD), de linha francesa, pois visa utilizar os esquecimentos como base para a pesquisa, sendo esses pontuados e conceituados por Michael Pêcheux. O método escolhido é o de abordagem qualitativa descritiva, afinal, busca-se realizar um estudo de caso comparativo entre a cobertura da mídia impressa local e nacional das tragédias de Mariana e Brumadinho.

Para delimitar a quantidade de material a ser analisado, estipula-se o período de matérias publicadas em jornais impressos no dia posterior à ocorrência de ambos os fatos e uma semana depois deles. Para ter um comparativo, é feita a análise de um veículo de comunicação do local das tragédias, *O Estado de Minas*, e um de circulação nacional, *Folha de S.Paulo*.

A escolha do material se justifica por conta de o jornal impresso sempre apresentar no dia seguinte os principais fatos do dia anterior, ao contrário da instantaneidade da internet. E optar por analisar um material impresso também é relevante para demonstrar que o trabalho destes ainda informa a sociedade, o que denota a importância de avaliar o que se fala sobre os acontecimentos nos veículos de comunicação desta área.

Na prévia da seleção do material, coletou-se a principal matéria sobre o assunto, que estava presente nas edições desses determinados dias, incluindo as capas. A dificuldade de acesso das edições anteriores do jornal mineiro, no entanto, determinou a buscar pelos conteúdos publicados no portal online do veículo. E para a escolha do material, pontuou-se o que condizia com a data e o conteúdo presente no jornal impresso, sendo analisadas matérias publicadas no dia anterior ou posterior à publicação impressa do veículo. Já o conteúdo do jornal *Folha de S.Paulo* é o material na íntegra que circulou nas datas das tragédias. Assim, constatam-se os efeitos de sentidos distintos nas narrativas de cada tragédia e se os esquecimentos da AD foram fundamentais para a construção dos discursos.

2. Análise do Discurso

A língua se apresenta como base dos processos de comunicação no mundo. Assim, a utilização dela permitiu que, através da fala e da escrita, do compartilhar de ideias e conhecimentos, antes restritos a alguns povos e regiões, alcançasse até os pontos mais

longínquos do planeta Terra, sendo esse um dos principais marcos da evolução do homem ao status de *Homo sapiens* em pleno século 21³.

Michael Pêcheux (1988) abordou em seus estudos a utilização da língua na comunicação, percebendo que era possível inferir significações adicionais aos processos comunicativos por meio da análise dos sentidos das palavras, dando início a uma nova área nos estudos da linguagem: a Análise do Discurso de Linha Francesa, conhecida como AD.

Uma das principais descobertas do autor consiste em analisar a escolha e utilização das palavras além do campo da linguística, que se atém a observar apenas o significado puro e simples dos termos usados. Pêcheux utiliza os trabalhos anteriores aos seus como base para os estudos e estende a observação dos sentidos e das intenções na utilização da linguagem ao questionar o que é dito e o que não está dito, mas que ao mesmo tempo comunica e gera sentido.

A "máquina discursiva" da Análise Automática do Discurso é a oficina em que se apreende o objeto novo. Aqui ele tem nome: "processo discursivo", "processo de produção do discurso". O discurso deve ser tomado nas relações e nos procedimentos imaginados pelo mecânico-teórico Pêcheux. Este dava, conjuntamente, a teoria de um objeto novo e os meios de discerni-lo. De fato, neste fim dos anos 60, o filósofo ocupado com as ciências humanas contribui, paralelamente ao lingüista Jean Dubois, para a fundação de uma nova disciplina: a análise de discurso. (MALDIDIER, 2003, p. 22).

Entre os conceitos criados por Pêcheux para AD, Maldidier (2003) destaca o de sujeito e sentido, a significação das formações discursivas, a subjetividade e a teoria dos esquecimentos. Através desses dispositivos, constrói-se a Análise Automática do Discurso de Linha Francesa. Nessa teoria, Orlandi (2009) se aprofunda e traz explicações refinadas sobre a teoria da AD e o seu funcionamento prático.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, [...] trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (ORLANDI, 2009, p. 15).

Percebe-se que a utilização da língua possibilita que o homem comunique e gere sentidos. Esses traduzem a realidade onde ele se insere e permite ao ser humano "significar e

³ A evolução do ser humano à classificação de *Homo sapiens*, denominado também de homem moderno, foi a inteligência que permitiu, entre outras coisas, desenvolver novos conhecimentos. E junto a essa evolução surge a comunicação que se utiliza da linguagem para propagar conhecimentos. (SANTOS, 2014, p. 90)

significar-se. [...] O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (ORLANDI, 2009, p. 15).

Subdividida em diversas partes, a AD se apresenta como uma possibilidade de análise da comunicação, como ela se constrói e o que ela produz de sentido. Logo, cada termo definido por Pêcheux e pelos pesquisadores de sua teoria contribui para analisar a utilização da língua no mundo.

2.1. Sujeito e Sentido

Na base dos estudos da AD está a definição de sujeito e sentido nos processos de comunicação. Para os pesquisadores ligados à área da linguística, parece claro que o sujeito é quem produz ou sofre uma ação. No entanto, Pêcheux (1988) vem para desconstruir essa definição e propõe uma ainda mais ampla para o termo, envolvendo também o que a comunicação pode produzir de compreensão a quem a recebe e de como quem a produz é afetado pelas condições que os envolve.

O objeto da AD é o discurso materializado na língua. E língua tem por definição ser a fala, idioma ou linguagem (MICHAELIS, 2008), mas na teoria de Pêcheux também tem seu significado ampliado e encontramos em Orlandi (2009) a seguinte definição:

A Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 2009, pp. 15 - 16).

Esse conceito marca a língua na AD como acontecimento. Muito além da estrutura, ela é vista como a união do conteúdo (discurso) e da forma (maneira de comunicar), possibilitando a formação de sentidos. E através dela é possível definir que o sujeito passa a ser aquele que cria os discursos, ou seja, o ser humano que “se constitui na relação com o simbólico, na história” (ORLANDI, 2009, p. 19).

Desse modo, a AD considera opaca a linguagem utilizada na construção do discurso, já que a falta de transparências dificulta a compreensão de sentidos. Assim, a análise busca entender como essa utilização da língua significa e para isso observa a tríade língua-discurso-ideologia.

Partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre

língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. (ORLANDI, 2009, p. 16).

E Pêcheux (1988) aponta que os efeitos de sentidos aparecem através do estudo dessas partes que acompanham o sujeito na comunicação. E embora ainda surja a falsa percepção de os enunciados estarem conectados diretamente com os acontecimentos, a AD elucidada que “[...] essa cola entre o dizer e a realidade é uma ilusão que criamos: não há entre eles nenhuma relação que não aquela que a repetibilidade gerou, não sendo, o acontecimento, mais do que um eco do enunciado” (NARDI, 2003, p. 69).

Nardi (2003) retoma a questão da tríade apontada pela AD e defende que os efeitos de sentidos são produzidos através do sujeito que toma o seu lugar de fala e retoma os ditos e os enunciados usados anteriormente, apenas recolocando-os dentro das ideologias as quais segue e representando a visão de um momento materializado em discurso.

Ficamos, então, com uma língua, marcada pela falta, pelo não todo, pelo impossível da ordem lingüística e, por outro lado, em relação constante com o real da história, com essa contradição complexa que ele representa: uma língua em constante movimento, língua viva, matéria de discursos, de histórias, de sujeitos. (NARDI, 2003, p. 70).

Logo, “o sujeito, diríamos, está para o discurso assim como o autor está para o texto” (ORLANDI, 2009, p. 73). Nessa perspectiva, a AD busca compreender a “relação do sujeito com aquilo que o representa; portanto, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário” (PÊCHEUX, 1988, pp. 124-125). E tal investigação é feita por meio das formações discursivas, definidas no próximo item.

2.2. Formações Discursivas

As formações discursivas atribuem ao discurso formas de interpretação. Isso acontece por conta de que Pêcheux (1988) reforça na teoria da AD o questionamento ao sujeito que produz os discursos e como ele é afetado pela tríade língua-discurso-ideologia. Ao trazer definições que ajudam a compreender como o discurso significa e se forma na história, ele utiliza-se dos fragmentos da aplicação da língua no discursos que são dotados de significados.

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Orlandi (2009) analisa, através dos estudos de Pêcheux na AD, a utilização das palavras e a estreita ligação com a ideologia. Dessa forma, a autora reforça que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2009, p. 43). Dessa maneira, a formação discursiva se refere às condições que levam o sujeito a escolher o que dizer em determinado momento, pois a formação que ele teve na sociedade, o que ele acredita e outros fatores interferem nesse processo.

A formação discursiva é definida como aquilo que pré-determina um discurso. Os valores, as crenças, os grupos aos quais o sujeito pertence faz com que a formação discursiva seja o lugar onde os sentidos ganham forma (PÊCHEUX, 1988, p. 162). No entanto, esses efeitos de sentidos podem produzir dentro da formação discursiva “a ilusão subjetiva, melhor, a ilusão que tem o sujeito de estar ‘na fonte do sentido’” (MALDIDIER, 2003, p. 40).

Portanto, a maneira como o sujeito se percebe em relação à construção dos discursos influencia na percepção de criar os sentidos.

A Análise de Discurso parte da ideia de que o sujeito não é fonte do sentido, mas que ele se forma a partir de uma rede de memória acionada pelas formações discursivas que representam no seu discurso diferentes posições-sujeito, ou seja, a formação discursiva, como lugar da interpelação ideológica do sujeito, configura uma matriz de sentido. (DIAS & SANTOS, 2017, p. 269).

Para descrever como esse processo ocorre, a teoria dos esquecimentos, formulada por Pêcheux (1988), surge para aprofundar os conhecimentos do sujeito em relação às formações discursivas.

2.3. Esquecimentos

De maneira consciente e/ou inconsciente, as escolhas de palavras são feitas pelos sujeitos para produção de discursos. Esse processo de escolha ajuda a compreender e significar como língua-discurso-ideologia funciona na construção dos sentidos. O entendimento disso passa pelo campo das formações discursivas, mas parte do sujeito. E para definir como esse processo acontece, Pêcheux (1988) utiliza-se de sua teoria dos esquecimentos dentro da AD.

A princípio, esquecimento na AD não trata de esquecer ou não se lembrar de algo, mas se aproxima da memória. O autor descreve esquecimento como o “acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 183). Diante disso, o sujeito necessita desfocar das formações discursivas que o compõe para que possa formar seus próprios discursos (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

Em suma, apesar da complexidade na proposta de definição do autor, Orlandi (2009) simplifica a noção de esquecimento dentro do processo da AD, destacando que a memória à qual Pêcheux se refere na teoria é a discursiva. Essa, baseada nas ideologias às quais o sujeito pertence, é responsável pela formação de sentidos em um discurso.

Os esquecimentos, de acordo com Maldidier (2003), é a maneira pela qual Pêcheux descreve, na teoria da AD, o espaço onde sujeito e sentido são criados e determinados. Orlandi (2009) complementa que os esquecimentos proporcionam aos sujeitos se apropriar de sentidos anteriores construídos na utilização da palavra e passam a utilizá-los como se fossem próprios, resultando em um agregado de valores que dão corpo a um discurso.

E Pêcheux (1988) define os esquecimentos em dois tipos: o número 1 e o número 2; sendo que ambos são fundamentais para a compreensão da constituição do discurso.

2.3.1. Esquecimento número 1

De ordem do inconsciente, o esquecimento nº 1 “é inacessível ao sujeito” (MALDIDIÉ, 2003, p. 42). Orlandi (2009, p. 173) amplia a explicação:

apelamos para a noção de sistema inconsciente para caracterizar o [...] esquecimento número 1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, esquecimento número um remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida que enfim como vimos - esse exterior determina a formação discursiva em questão.

Nesse caso, é natural ao sujeito ignorar as ideologias às quais pertence, de maneira inconsciente, assumindo a autoria do seu discurso como se a fonte de sentido surgisse a partir dessa aplicação na construção discursiva. No entanto, esses sentidos se construíram muito antes e foram formulados através das vivências dos indivíduos na sociedade pelos diversos grupos que participaram, como na religião, na escola, no bairro onde moraram e na família.

Assim, “o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1988, p. 173). Essa condição afeta o sujeito, mesmo que ele não perceba, pois a formação discursiva é determinada pelo exterior que é o ambiente e as condições sociais que envolvem o autor de um discurso.

Essas formações discursivas que constituem o sujeito também são fundamentais para que os discursos existam. Afinal, a comunicação rediz algo que já foi dito ou que já foi pré-determinado pelas formações discursivas as quais pertencem o sujeito. O discurso não é

inédito, apenas é uma forma original de predisposição de palavras pré-determinadas e que se limitam a tentar explicar ou descrever algo.

2.3.2. Esquecimento número 2

O esquecimento nº 2, por sua vez, trabalha o pré-consciente que “designa a zona em que o sujeito enunciador se move, em que ele constitui seu enunciado, colocando as fronteiras entre o “dito” e o rejeitado, o “não-dito”” (MALDIDIER, 2003, p. 43). Trazemos também para complementar que:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 o esquecimento pelo qual todo sujeito falante seleciona no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase-um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (ORLANDI, 2009, p. 173).

Por consequência, esse esquecimento demonstra que o sujeito, ao criar, ou melhor, recriar seu discurso, escolhe uma determinada gama de palavras e não outras. De forma prática, ao se falar sobre a cor vermelha dos carros deixa-se de falar sobre as cores azul, preto, branco e tantas outras. E essa escolha, embora por vezes seja feita meio que de maneira automática, já é ditada pelo pré-consciente por ser uma opção do sujeito.

A essas escolhas que competem ao sujeito, Pêcheux (1988) chama de o dito e o não dito. Orlandi (2009) aprofunda essa observação exemplificando que há muitos dizeres que são silenciados por outros e que o silêncio também é uma forma de discurso. A autora ainda lembra que o esquecimento nº 2 é materializado pelo esquecimento nº 1. Por isso, na AD é o esquecimento nº 2 que auxilia a decifrar o esquecimento nº 1.

Dessa forma, se as formações discursivas determinam o que o sujeito vem a expressar em seu discurso, também pré-determinam a utilização de palavras que ele vai fazer. E ao analisar essas palavras escolhidas em um discurso, pode-se interpretar o que ele deixou de dizer e conjuntos ideológicos que pré-determinaram essas escolhas (ORLANDI, 2009).

2.4. Subjetividade e aplicação da AD

Pêcheux (1988, p. 132) define a AD como “uma teoria não-subjetivista da subjetividade”. Afinal, o autor cria uma teoria concreta e capaz de desvendar a forma pela

qual a subjetividade se constitui no discurso⁴. O teórico defende que as escolhas não surgem do subjetivismo, ou seja, que não partem exclusivamente da realidade que o sujeito cria para si e sim que são formadas pelas condições nas quais ele está inserido.

No entanto, a percepção que o sujeito tem de si é a de ser a fonte de sentido e isso surge através da ilusão subjetiva que se apresenta materializada no esquecimento nº1 (MALDIDIER, 2003). E a AD contribui através do compromisso de situar o sujeito do discurso por meio da significação. Ela ocorre através da dissimulação da ilusão de autonomia que é definida pelo assujeitamento, ou seja, explica-se que o sujeito é fonte do discurso, mas que não é fonte de sentido (PÊCHEUX, 1988).

Já “o processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui”, de acordo com Orlandi (2009, p. 79). E o esquecimento nº 2 é o que se baseia nessa ilusão de que algo só poderia ter sido dito daquela maneira – o que não é real. Pêcheux, dessa forma, desnatura a relação palavra-coisa (ORLANDI, 2009) e demonstra a amplitude de sua teoria ao desvendar que as palavras e a utilização delas revelam muito sobre o contexto em que um discurso está inserido.

Porém, é preciso compreender que há passos a seguir na aplicação da teoria da Análise do Discurso. Orlandi (2009, p. 77) defende um processo com três etapas para conseguir chegar ao ponto de partida da criação dos discursos em relação aos esquecimentos. Na 1ª etapa, deve-se observar o objeto a ser analisado, modificando a percepção que se tem dele como mera aplicação da língua para uma que a vê como discurso. Na 2ª etapa passa-se do objeto discursivo para a observação das formações discursivas e, na 3ª etapa, definem-se os processos discursivos que compõem o discurso e demonstram-se as formações ideológicas que definem a forma como ele se apresenta.

Após seguir as três etapas, o analista poderá observar o que constitui o esquecimento nº 1 e, por consequência, como o nº 2 se estruturou em um discurso. Cada passo é definido pela autora como o caminho para realizar uma análise, que é o objetivo deste trabalho: analisar as reportagens jornalísticas das tragédias de Mariana e Brumadinho.

3. Jornalismo e reportagem

O jornalismo pode ser definido como um serviço que informa a sociedade. Há a

⁴ Subjetividade é “a qualidade do que é subjetivo” e subjetivo é o “que exprime ou manifesta apenas as ideias ou preferências da própria pessoa” (MICHAELIS, 2008, p. 823).

máxima de que o processo de comunicação ocorre através da presença da sequência emissor, mensagem, meio de transmissão e receptor. De acordo com Selhorst e Bressan Júnior (2018, pp. 1-2), “o agente que mais sofreu mudanças ao longo do tempo foi o dos meios de comunicação, sendo o primeiro de forma oral, depois escrita, impressa, áudio e audiovisual e atualmente, interatividade, conexão e convergência”.

No entanto, o conteúdo tem encontrado espaço ao se adequar diante das mudanças históricas e tecnológicas, pois traduz fatos da realidade em que se insere e os contextualiza no mundo.

A notícia ganhou forma moderna, copiando o relato oral dos fatos singulares, que, desde sempre, baseou-se, não na narrativa em seqüência temporal, mas na valorização do aspecto mais importante de um evento [...] com as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, finalidade e instrumento. (LAGE, 2001, pp. 18-19).

Assim, esse relato assumiu o papel de orientador da população, compartilhando acontecimentos de interesse ou relevância pública, sendo que “[...] o jornalismo reflete um entendimento sutil de como os cidadãos se comportam” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 32). E esse processo ocorre com participação ativa dos meios de comunicação, como destaca Kunczik (2001, p. 243).

Os órgãos informativos dos fatos do dia, ao selecionar os assuntos que serão “notícia” mediante sua divulgação pelos meios de comunicação de massa, se concentram em eventos de curta duração que tenham alguma relação com um círculo determinado de receptores, noutras palavras, realizam a seleção de notícias baseados em uma orientação local ou etnocêntrica de fatos que não se encontram longe no passado, preferivelmente os fatos do dia.

Lage (2001) define o jornalista como um tradutor por interpretar informações, acontecimentos e falas no contexto em que elas se inserem em por trazê-las ao conhecimento do público. Desta forma, ele aponta que o fato (acontecimento) é o passo inicial para a produção de uma notícia e explica que dados por si só informam, mas que o jornalismo contribui com a contextualização que é item indispensável na compreensão de um assunto.

O processamento mental da informação pelo repórter incluiu a percepção do que é dito do que acontece, a sua inserção em um contexto (o social e, além desse, toda a informação guardada na memória) e a produção de nova mensagem, que será levada ao público a partir de uma estimativa sobre o tipo de informação de que esse público precisa ou qual quer receber. Em suma, o repórter, além de traduzir, deve confrontar as diferentes perspectivas e selecionar fatos e versões que permitam ao leitor orientar-se diante da realidade. (LAGE, 2001, pp. 21-22).

Os critérios jornalísticos atuam como um filtro de importância sobre os fatos que merecem destaque, partindo da intuição avaliativa do jornalista “com referência àquilo que interessa a um público determinado, àquilo que chama sua atenção” (KUNCZIK, 2001, p. 243). A definição é ampla, mas apenas remete que os veículos atuam como divulgadores

parciais de informação, demonstrando que o jornalismo não é neutro diante daquilo que noticia.

Kovach e Rosenstiel (2004, p. 147) defendem que “ser imparcial ou neutro não é o princípio essencial do jornalismo”. Os autores ainda reforçam que o papel do novo jornalista é de auxiliar o público a compreender os fatos e não apenas relatá-los. Isso porque a internet potencializa esse papel do jornalismo que atua como um filtro, checando, validando e contextualizando acontecimentos.

E como de acordo com Lage (2001, p. 39), “a notícia é a cobertura de fatos” e “a reportagem aborda um assunto em visão jornalística”, é necessário compreender que essa visão é o aprofundamento e a contextualização que uma simples cobertura de fatos não possui de maneira tão complexa e aprofundada. E o que une estas aplicações do jornalismo é o discurso que ele expressa.

3.1. Discurso da informação

Como o discurso é o resultado da aplicação da língua, ou a palavra em movimento, como define Orlandi (2009), em Charaudeau (2009) a informação dentro do jornalismo é apresentada como discurso, pois é um processo no qual o sujeito significa a informação através da utilização da língua. “O ato de informar inscreve-se nesse processo porque deve descrever (identificar - qualificar fatos), contar (reportar acontecimentos), explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos)” (CHARAUDEAU, 2009, p. 41).

Desta forma, o autor também exemplifica que as condições extra discursivas e intradiscursivas auxiliam na produção de sentidos no discurso da informação. Esse contexto coloca o produtor do discurso da informação, no caso o jornalista, como fonte de sentidos na comunicação, interpretando os fatos e construindo relatos que são posteriormente divulgados nas mídias.

O jornalismo é dotado de sentidos e, como outras formas de comunicação, estrutura-se em discursos formados por interpretações e que produzem significações, seja na televisão, no rádio, no impresso ou na internet, que comporta tantos outros meios. “No âmbito da informação, isso equivale a se interrogar sobre a mecânica de construção do sentido, sobre a natureza do saber que é transmitido e sobre o efeito de verdade que pode produzir no receptor” (CHARAUDEAU, 2009, p. 40).

Desta forma, a AD de Michel Pêcheux (1988) se entrelaça com o discurso da informação e propõe uma observação da significação através do discurso. E Charaudeau

(2009) o identifica como um produtor de verdades através do efeito de sentidos que produz e não do próprio discurso. Afinal, esse autor defende que o discurso da informação se encarrega de “transformar o mundo a significar em mundo significado” (CHARAUDEAU, 2009, p. 41).

Entretanto, no discurso da informação, o jornalista assume a função de sujeito autor do discurso e, por consequência, transporta aos sentidos produzidos as suas visões de mundo através das formações discursivas às quais se filia.

Assim, o que fazemos é deformar, redesenhar, reinventar o contorno desse nosso objeto ao sabor das posições que assumimos, pois só assumindo um lugar de dizer somos capazes de construir um discurso, somos capazes de fazer com que efeitos de sentidos venham a ser produzidos. (NARDI, 2003, p. 69).

Compreendendo a dinâmica na construção dos efeitos sentidos, busca-se, na seção a seguir, observar as pistas que os esquecimentos da AD deixaram dentro das narrativas das tragédias de Mariana e Brumadinho elaboradas pelos jornais *Estado de Minas* e *Folha de S.Paulo*, como explicitado na Introdução.

4. Análise das reportagens das tragédias de Mariana e Brumadinho

4.1. Tragédia em Mariana: Estado de Minas

As barragens de Fundão e Santarém, da mineradora Samarco, se romperam, no dia 05 de novembro de 2015, e deixaram o subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais, literalmente coberto por lama. O acontecimento, que ocorreu no período da tarde, logo estaria presente nas edições impressas dos jornais no dia seguinte, dia 06 de novembro de 2015.

No entanto, no jornal *Estado de Minas*, avalia-se o conteúdo publicado no portal no dia do rompimento. Por compreender que a instantaneidade da internet propicia maior agilidade ao processo e que o conteúdo foi atualizado em data posterior, escolhe-se a reportagem do mesmo dia por avaliar que ela condiz com o conteúdo do jornal na data a ser analisada.

A reportagem sobre a tragédia de Mariana descreve quando e onde aconteceu o rompimento das barragens. Detalham-se como os moradores estavam sendo atendidos e o trabalho dos bombeiros nos resgates e encaminhamento de vítimas para hospitais. Foram utilizadas informações de fontes oficiais de governos, sindicatos e órgãos públicos, tendo também a posição da empresa mineradora responsável. Dessa forma, as escolhas e a utilização das palavras fazem parte do discurso, seja na fala das fontes mencionadas, ou através do relato

da reportagem. E é neste último caso que elas mais importam, afinal os jornalistas que produzem esse discurso utilizam palavras que agregam muitos significados aos leitores.

Figura 1: Capa do *Estado de Minas* de 06/11/2015 e matéria publicada no portal em 05/11/2015⁵



Fonte: Estado de Minas (2015) e captura de tela da autora (2019).

Os efeitos de sentidos começam a surgir quando, em uma moldura escura, está marcada na capa do jornal com a cartola *TRAGÉDIA EM MARIANA*, sendo a palavra *tragédia* é grafada em vermelho e o restante em branco. O simbolismo do preto é do luto, estampado em uma moldura que lembra uma fotografia, algo a ser recordado. O vermelho surge como sangue, o alerta, algo a que se quer dar destaque.

A manchete no jornal impresso traz novas palavras ao discurso: *Barragem se rompe e tsunami de lama arrasa vilarejo*. Tsunami é um fenômeno natural que destrói lugares com ondas gigantes formadas no mar e que avançam pelas praias. Remete a algo da natureza, contradizendo a origem da barragem, uma construção humana para armazenamento de rejeitos, no caso, da produção de minério de ferro. Seu rompimento deriva da intervenção do homem.

Já a matéria publicada no portal tem outra palavra que remete ao acontecimento. *Avalanche de lama destrói distrito de Mariana após rompimento da barragem*. Avalanche ou avalancha, como traz o dicionário Michaelis (2008, p. 100) significa “grande massa de neve,

⁵ Disponível em : https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna_gerais.705024/avalanche-de-lama-destrói-distrito-de-mariana-apos-rompimento-de-barra.shtml Acesso em: 01 de out. de 2019.

terra, cinza, lama etc. que rola das montanhas, derrubando tudo quanto encontra na sua passagem”. O termo exemplifica de uma maneira mais precisa o que aconteceu em Mariana.

Essa escolha das palavras acontece no jornalismo para tentar demonstrar aos leitores a complexidade e a dimensão do acontecimento que o rompimento das barragens causou. “O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante” (LAGE, 2001, p. 23).

O jornalista, como enunciador, escolhe palavras para reportar os acontecimentos para aqueles que não estão presentes no local. Este retrato do mundo é moldado por uma pessoa com múltiplas formações discursivas, começando pelo jornalista que acompanha notícias e lembrando também da instituição ao qual ele se filia para prestar seus serviços. E, por esse fato, os termos, como *Tsunami* e *Avalanche*, dão os sentidos para comparar a dimensão da destruição em Mariana. Tais escolhas acontecem de maneira pré-consciente, utilizando o dito e o não-dito para mostrar a diferença nos títulos do impresso e do site.

“Compreende-se, pois, que aquilo que continuaremos chamando o esquecimento nº 2 cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina. É aí, precisamente, que se apoia sua ‘liberdade’ de ‘sujeito-falante’” (PÊCHEUX, 1988, p. 175). Desta forma, o esquecimento nº 2 é o mais presente nesta parte do texto, sendo que as palavras são escolhidas para estabelecer o sentido, principalmente nas manchetes dos conteúdos noticiosos.

As palavras tragédia e acidente aparecem em diversos momentos da reportagem, como no trecho: *Trata-se de uma tragédia sem precedentes na história de Minas Gerais, lamentou o promotor. Depois de uma vistoria, a Copasa concluiu que o acidente ainda não impactou nenhum dos mananciais que compõem a Bacia do Rio das Velhas [...].* Assim, atribui às fontes oficiais o uso dos termos. No entanto, o produtor do discurso emprega tais palavras no restante do texto, inclusive, para citar outros rompimentos de barragens: *O segundo maior acidente foi em 2001, na barragem de Rio Verde [...].*

E embora o esquecimento nº 2 apareça na formação discursiva do promotor, por não existir memória de algo igual, é o esquecimento número 1, da ordem do inconsciente (ORLANDI, 2009), que aparece quando o jornalista reporta as informações das fontes oficiais e incorpora os termos ao próprio discurso. A formação discursiva do jornalismo naturaliza o procedimento de replicar palavras e termos usados por fontes no restante do texto. O jornalista torna esse processo como algo comum e natural da profissão, fazendo isso de maneira

inconsciente, mas potencializando a proporção que determinados termos significam no discurso e na compreensão do ocorrido.

Significando os termos, acidente é “o que é casual, imprevisto” (MICHAELIS, 2008, p. 13) e tragédia é “acontecimento triste, catastrófico” (MICHAELIS, 2008, p. 870). Desta forma, o rompimento de uma barragem pode ser associado a uma tragédia e não a um acidente. Não se tinha informações concretas até a elaboração da reportagem, compreendendo que ela foi produzida pouco tempo depois de acontecer o rompimento das barragens.

A escolha de palavras para descrever e, conseqüentemente, classificar o ocorrido daquela dimensão acontece de maneira um tanto quanto precipitada, pois se baseia apenas nas fontes consultadas. Nesse caso, é o esquecimento nº 1 que se destaca, sendo da ordem do inconsciente essa escolha de replicar informações de fontes oficiais, já tradicional do jornalismo, que as admite como verdades absolutas, até que se prove o contrário. E o discurso da informação prega que o julgamento de tal dado cabe ao leitor. “Na verdade, somente o receptor está em posição de julgar o teor de uma informação, restando ao emissor tão-somente fazer uma aposta sobre sua validade (e não sobre seu valor)” (CHARAUDEAU, 2009, p. 58).

Assim, o jornalismo baseia-se na isenção de reponsabilidade por poder creditar aos outros as informações que divulga. No entanto, o esquecimento nº 1 trai o jornalista na criação do discurso, já que o faz incorporar os termos utilizados pelas fontes ao vocabulário que aplica na construção do texto divulgado pelo veículo de comunicação. O jornal amplifica a aplicação dos termos pelas fontes, valida-os pela repetição e constrói significados que podem ou não condizer com a realidade do mundo.

A capa do jornal produzido uma semana depois do acontecimento destaca uma novidade na história, a possibilidade do rompimento de outra barragem próxima ao local já atingido. Na questão da construção de sentidos, repete o uso dos elementos em cores, o título de identificação e a moldura em preto que separa aquele assunto dos demais. Agora, tem a frase *Uma semana depois...* que abre o conteúdo, lembrando sobre o passar dos sete dias do rompimento e deixa o espaço para a continuidade, completada na manchete *O risco voltou*. Mostra que o passar do tempo trouxe mais problemas ao invés de respostas para o acontecido.

Diferente da manchete do jornal, o título da publicação no portal do jornal é: *Acesso a Bento Rodrigues é totalmente fechado por risco de rompimento de outra barragem*. Ser direto na internet é um caminho que a convergência das mídias pode impor. No entanto, a palavra *risco* é empregada para descrever a situação que a população enfrenta, indicando um efeito de sentido de alerta para os atingidos não estarem desprevenidos diante da possibilidade

do rompimento de outra barragem. E Nardi (2003) descreve que esse efeito de sentido se constrói através da retomada de ditos, e neste caso, de fatos que também já aconteceram.

Figura 2: Capa do Estado de Minas de 12/11/2015 e matéria publicada no portal em 11/11/2015⁶



Fonte: Estado de Minas (2015) e captura de tela da autora (2019).

A palavra risco, na matéria, é creditada à fala da fonte oficial do Batalhão de Choque de Missões Especiais de Lagoa Santa, *a barragem Germano trincou e há risco de rompimento*. A palavra é empregada para demonstrar “possibilidade de perigo, ameaça. Isso demonstra que, na construção do relato, há novamente o emprego de fontes oficiais, dando espaço também para a posição da empresa responsável. A diferença consiste na humanização da história que, ao invés de apenas descrever como as pessoas estão diante disso, dá espaço para aqueles que enfrentam a tragédia contarem sobre ela.

Observa-se que, embora muitos termos sejam empregados como fala de terceiros, há uma aceitação deles por parte dos jornalistas organização das informações no texto. Ou seja, o jornalismo, ao escolher essas informações e não outras toma o discurso para si. E isso incorpora sentidos, inclusive, nas matérias subsequentes, como essa a ser analisada. *Moradora de Bento Rodrigues teve que sair às pressas no momento do acidente e No momento do acidente, estava indo tomar banho e teve que sair correndo do imóvel.*

⁶ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/11/interna_gerais.706734/aceso-a-bento-rodrigues-e-totalmente-fechado-por-risco-de-queda-de-ou.shtml Acesso em: 01 de out. de 2019.

As duas partes são relatos que envolvem a participação de moradores na construção da matéria. Lembra-se que fontes oficiais definiram como *acidente* no primeiro conteúdo e isso foi replicado pelo jornalista, inclusive nesta nova reportagem e, principalmente, quanto se trata daqueles que foram atingidos pelo rompimento da barragem.

O sujeito ao aplicar, mesmo que de maneira inconsciente, as formações discursivas que o compõem em suas produções de discurso indica indícios do esquecimento nº 1. Assim, o conhecimento de mundo traz que o caso foi tratado como um *acidente* e ser lembrado como tal no relato das vítimas é consistente. No entanto, os interesses nesta sustentação do emprego do termo pode estar ligado a interesses econômicos e jurídicos. “Ser imparcial ou neutro não é o princípio essencial do jornalismo” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 147).

O jornal *Estado de Minas* é, assim como a responsável pela barragem, uma empresa. E o jornalismo precisa se blindar contra processos das partes envolvidas. Ao replicar e reforçar um discurso do qual não foi o criador é uma possibilidade de afastar essa possibilidade. Para futuros negócios, manter uma imagem de divulgadora de conteúdos e não de crítica é positivo ao jornal, não sendo necessariamente ao leitor.

O ato de informar participa desse processo de transação, fazendo circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio, um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento. (CHARAUDEAU, 2009, p. 41).

Essa reponsabilidade do jornalismo dita os caminhos que a notícia percorre. E a frase inicial utilizada para abrir o texto da reportagem exemplifica isso: *O medo de uma nova tragédia em Mariana*. Medo é um sentimento que surge, geralmente, diante de uma situação de perigo (MICHAELIS, 2008, p. 572). Desta forma, o jornal humaniza o tema ao tentar retratar o sentimento daqueles que já presenciaram o rompimento das barragens.

Nesse sentido, a escolha da palavra ocorre por conta do esquecimento nº 2 baseado pelo nº 1, pois a natureza humana induz que, diante de uma situação de risco, a pessoa tenha medo para poder se defender. Assim, a utilizar a palavra *medo* associado ao fator do emprego da palavra *risco* é algo que acontece de maneira pré-consciente ditada pelo inconsciente.

O grande diferencial está no uso da palavra *acidente*, e mesmo que possa ser sustentado pelo esquecimento nº 1, da ordem do inconsciente, o nº 2 que é da ordem do pré-consciente (ORLANDI, 2009) aparece como consequência deste na aplicação da palavra ligada ao relato das vítimas. Isso porque a palavra *tragédia* está empregada apenas na frase de

abertura associada à palavra *medo*, enquanto *acidente* aparece creditado às pessoas entrevistadas.

Uma novidade trazida quase no final da reportagem é a fala do superintendente da Defesa Civil, que *minimizou os riscos do rompimento*. Isso é uma contradição no discurso da reportagem, levando em conta a manchete e o título em comparação à fala dele: *Existe o treinamento na barragem de Germano*. Se ele diminuiu o impacto da informação, segundo o jornal, por que não questionar se no rompimento da outra havia? E o jornalismo, diante disso, se atem a replicar a fala das fontes oficiais colocando-as em destaque. Isso demonstra a ação do esquecimento nº 1. A política da empresa, a questão econômica, os ensinamentos da isenção jornalística e demais fatores são aplicados, inconscientemente, pelo jornalista.

4.2. Tragédia em Mariana: Folha de S.Paulo

No jornal *Folha de S.Paulo*, são analisados os conteúdos divulgados nas mesmas datas, como critério para a seleção de reportagens do jornal mineiro. O diferencial consiste em que o outro veículo de comunicação tem uma abrangência mais restrita ao estado de Minas Gerais, enquanto a mídia paulista, além de circular pelo estado de origem, é referência para informação em todo o país.

Figura 3: Capa da *Folha de S.Paulo* e matéria principal no dia 06/11/2015⁷



Fonte: Folha de S.Paulo (2015).

⁷ Disponível em:

https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20400&anchor=6007240&origem=busca&_mather=807cee932e89d0d2&pd=db85999ce4bdd579fe5b8b7359e997b5 Acesso em: 01 de out. de 2019.

A reportagem da *Folha de S.Paulo*, publicada no dia seguinte ao rompimento das barragens, busca também contextualizar o acontecido com fontes oficiais e apenas descrevendo a situação na qual as vítimas se encontravam. A chamada na capa é mais literal e tem como título *Rompimento de barragem em MG deixa cidade sob a lama*. No entanto, deu destaque à imagem do acontecimento, como foto principal da edição. Assim sendo, o jornalista retoma a sua posição de agente inteligente definida por Lage (2001). Não é apenas um replicador de informações, mas um contextualizador delas.

Ainda na chamada de capa, a primeira frase do texto denota a utilização de outro termo para descrever o acontecimento. *O rompimento de duas barragens de uma mineradora causou uma enxurrada de lama que cobriu casas [...]. Enxurrada* é um termo muito utilizado para descrever a ação de fortes chuvas, “corrente das águas da chuva” ou uma “grande quantidade” (MICHAELIS, 2008, p. 344). De fato, era uma grande quantidade de lama, mas a possibilidade de associação da tragédia com a chuva ou com um desastre natural pode não ser positiva para a compreensão da tragédia através desta escolha de comparação.

Escolher esta palavra está associado ao esquecimento nº 2 levado pelo nº 1 no qual “o sujeito ‘esquece’, ou em outras palavras, recalca que o sentido se forma em um processo que lhe é exterior” (MALDIDIER, 2003, p. 43). Isso denota que o inconsciente associa uma determinada quantidade de informações ao jornalista, que associa, por sua vez, a palavra à descrição do acontecimento. Só que o leitor pode entender que, assim como uma enxurrada, o acontecimento foi uma questão da natureza.

No título do texto principal, aparece o termo ‘*Tsunami de Lama*’ para se referir ao rompimento das barragens e suas consequências assim como o Estado de Minas utilizaram em seu conteúdo. Intencionado a dimensionar o acontecido, o jornalista utiliza do esquecimento nº 2 para a aplicação do termo *tsunami* no discurso, já que escolhe de maneira pré-consciente a palavra utilizada. Lembrando Maldidier (2003, p. 43), “o ‘esquecimento número 2’ designa a zona em que o sujeito enunciador se move, em que ele constitui seu enunciado, colocando as fronteiras entre o ‘dito’ e o rejeitado, o ‘não-dito’”.

A utilização da palavra pode ser criticada, assim como no *Estado de Minas*, pela ótica de poder relacionar o acontecido a um evento da natureza. Ao longo do texto é definida tal escolha por mencionar que existe a informação de que um tremor de terra aconteceu na região antes do rompimento. Logo, o jornalista acredita que o acontecido pode se tratar de um fato relacionado à natureza, baseado em informações das fontes oficiais.

O acidente ocorreu por volta das 15h30, em Bento Rodrigues, a 35km do centro de Mariana. Essa é a frase que abre o segundo parágrafo do texto, trazendo também a

definição de algo imprevisível ao ocorrido, assim como o no jornal *Estado de Minas*. O diferente é que o termo aparece creditado à fala do presidente da empresa Samarco, responsável pelas barragens que se romperam. Segue-se a mesma linha do outro jornal, assumindo termos utilizados por fontes oficiais para dar corpo ao discurso, indicando pistas do esquecimento nº 1.

A própria matéria traz em sua linha de apoio *Cerca de 25 pessoas estavam desaparecidas após acidente em vila da cidade histórica de Mariana*. A ideia de definir como *acidente* os acontecimentos desta magnitude são parte do jornalismo e a escolha das palavras ocorre por conta do esquecimento nº 1 e também do nº 2. Afinal, a convivência com tais assuntos induz o jornalista a realocar termos de conhecimento do público através da fala das fontes para relatar a história.

No próprio texto, a linha de raciocínio é contrária de que o acontecido seja um *acidente*. Afinal, o promotor do Ministério Público de Minas Gerais tem a seguinte fala divulgada: *Nenhuma barragem se rompe por acaso, isso não é uma fatalidade. Precisamos de rigor nesta apuração*. Logo aparece o esquecimento nº 1 atuando, quando se divulga tal fala sem aprofundar o conteúdo. A posição do jornal é tomada pela neutralidade, apoiando-se no papel jornalístico de dar voz a todos os envolvidos, inclusive à Samarco. Ali nasce a possibilidade de o ocorrido não ser um acidente como está sendo divulgado pela mídia.

Figura 4: Capa da Folha de S.Paulo e matéria principal do tema no dia 12/11/2015⁸



Fonte: Folha de S.Paulo (2015).

⁸ Disponível em:

https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20406&anchor=6007782&origem=busca&_mather=807cee932e89d0d2&pd=c026762e566cb9ea2d6e52a12c4e40a7 Acesso em: 01 de out. de 2019.

Uma semana depois do rompimento das barragens, surgem novas hipóteses e informações. Na capa da edição da *Folha de S.Paulo*, há uma chamada pequena para os editoriais daquela edição (no canto esquerdo, acima da publicidade do carro). Essa forma de texto jornalístico é a opinião do veículo de comunicação, enquanto empresa, diante de fatos da sociedade. Leia '*Véu de Lama*', acerca do desastre provocado pelo rompimento de barragens em Mariana, é a chamada para o texto. E, embora dentro desta edição existem outras notícias sobre o tema, busca-se identificar qual a visão do jornal sobre o ocorrido.

Em um texto fluido, o editorial explica o acontecido, dimensiona o impacto, cita envolvidos, questiona assuntos ainda pouco comentados e cobra das autoridades investigações efetivas sobre o rompimento das barragens em Minas Gerais. Há a denúncia da falta de esclarecimentos da empresa responsável e uma crítica direta a órgãos públicos, principalmente, dos fiscalizadores.

O título *Véu de lama* identifica um termo novo a ser utilizado para narrar o rompimento das barragens. O tipo mais tradicional da existência de véu é aquele que cobre o rosto, mas a palavra pode ser utilizada também para descrever “tudo o que serve para ocultar, envolver ou encobrir alguma coisa” (MICHAELIS, 2008, p. 911). Assim, a utilização descreve que a lama cobriu toda a região. Já o sentido figurativo pode descrever a possível ocultação de problemas que a poluição dos rejeitos causa ou também possibilita a interpretação de que pode encobrir a responsabilidade ou negligência dos envolvidos.

A escolha do termo refere-se ao esquecimento nº 2, pois envolve, dentre uma gama de possibilidades, a escolha de tal termo, diferentemente do havia sido feito na reportagem antes através da replicação de justificativas para o rompimento ditas por fontes oficiais. Isso demonstra também a posição do veículo que, embora tenha se atentado a dar o espaço às fontes oficiais, sente necessidade de dar a própria visão dos fatos, inclusive demonstrando o interesse de que sejam esclarecidos. Afinal, “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 31).

Ao contrário da reportagem analisada anteriormente, a palavra *acidente* não é citada em nenhum momento para descrever o acontecido. Assim, leva ao efeito de sentido que a empresa jornalística não considera um acidente, mas algo fruto de negligência tanto da empresa quanto dos órgãos públicos citados no editorial. Significa a percepção de uma mudança no cenário das investigações e que o jornal, como empresa, prefere não definir o acontecido com esse termo, evitando possível descredibilidade nos negócios e no campo

jornalístico. Isso demonstra a ação do esquecimento nº 2, com a escolha pré-consciente de termos (MALDIDIER, 2003).

Tragédia ainda é a palavra mais usada para descrever o acontecimento, mas *desastre* também é utilizada em *há muito a esclarecer acerca das possíveis causas desse desastre*. E *desastre* significa “acidente funesto” (MICHAELIS, 2008, p. 269), sendo uma definição para um acontecimento como este que causa mortes. Só que acidente é também algo imprevisível e, de acordo com os dados levantados pelo próprio editorial, há indícios que o acontecimento tenha sido também em decorrência da falta de fiscalização.

Na mesma edição do jornal, há uma reportagem com o título *Sexta vítima de acidente em MG é confirmada*. Isso reforça a ideia de que, ao falar das vítimas, principalmente, se utiliza a palavra *acidente*, o que minimiza o acontecido a algo imprevisível e contraria a própria posição do veículo no editorial, que opta por não utilizar a palavra, mesmo que, em outras reportagens, a palavra apareça nas falas das fontes oficiais. Nesse sentido, lembramos o que explica Maldidier (2003, p. 39): “Michel Pêcheux descreve exatamente o pré-construído, este traço, no próprio discurso, de discursos anteriores que fornecem como que a ‘matéria prima’ da formação discursiva, à qual se cola, para o sujeito, um efeito de evidência”.

A fala das fontes oficiais ainda é levada em consideração no editorial, como demonstra a escolha da palavra citada anteriormente e a formação do trecho a seguir: *Quanto à saúde humana, a Samarco sustenta que os dejetos espalhados não lhe oferecem perigo. Tomara – mas existem suspeitas de que a água [...] contenha níveis elevados de metais tóxicos*. Assim, demonstra, talvez, certa empatia com as pessoas que enfrentam a situação no local do rompimento e, na expressão *Tomara*, o efeito de sentido de uma vontade de que o que é dito seja, de fato, verdade, levantando essa a dúvida sobre.

O trecho final do editorial deseja que *o peso das empresas envolvidas não turve o discernimento das autoridades* e que *se apurem as responsabilidades de todos que, por ação ou omissão, sujam as mãos de lama*. Assim, o esquecimento nº 2 surge na escolha clara das palavras que compara os desdobramentos da possível apuração da tragédia com elementos que remetem aos rejeitos que o rompimento espalhou em Mariana. E do nº 1, pela questão de *turve o discernimento* e *mãos sujas de lama* associados a questões políticas e de corrupção no país, que tem interesses atrelados ao caso.

4.3. Tragédia em Brumadinho: Estado de Minas

Três anos depois daquele que foi considerado o maior desastre ambiental da história da mineração, novamente uma barragem de rejeitos de mineração se rompe em Minas Gerais. Desta vez em Brumadinho, a 128 quilômetros da já atingida por um acontecimento semelhante, Mariana. No dia 25 de janeiro de 2019, por volta de uma hora da tarde, a barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, entrou em colapso e levou tudo o que encontrou pela frente. Foram 251 pessoas mortas e ainda restam 19 que estão desaparecidas em meio à lama.

Desta vez, o jornal *Estado de Minas* categoriza o acontecimento de maneira diferente. Afinal, é o segundo do mesmo tipo que ocorre em um curto espaço de tempo no estado, no qual atua como meio de comunicação. A mineração é comum naquela região e inclusive se refere ao nome do estado, Minas Gerais. E para analisar como o conteúdo foi divulgado pelo veículo são escolhidos um editorial do jornal publicado no dia após a tragédia e uma reportagem sete dias depois.

Figura 5: Capa do Estado de Minas e matéria publicada no portal no dia 26/01/2019⁹



Fonte: Estado de Minas e captura de tela da autora (2019).

Como já citado na observação anterior a um editorial, neste tipo de texto encontra-se a opinião do veículo de comunicação diante de um acontecimento. Desta forma, o jornal sentiu a necessidade de externar ao público sua indignação com a repetição de tragédias. O

⁹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/opiniaao/2019/01/26/interna_opiniaao,1024674/tragedia-anunciada.shtml Acesso em: 01 de out. de 2019.

texto possui informações do acontecimento, contexto e um levantamento de dados que embasam a posição que a empresa assume de cobrar esclarecimentos e melhor fiscalização do Estado.

O destaque da capa é a manchete com o título *Outro crime*, remetendo ao fato de que o rompimento da barragem de Mariana também se tratou de um acontecimento do mesmo teor. Crime significa “uma violação dolosa ou culposa da lei penal” (MICHAELIS, 2008, p. 239). Assim, torna o acontecimento de um impacto ainda maior, demonstrando que o mesmo precisa ser julgado pela justiça devido à questão da violação das leis.

A escolha da palavra *crime* é devido ao esquecimento nº 2, que indica uma escolha pré-consciente das palavras utilizadas. Ao escolher o termo, denota a percepção ao já acontecido para correlacionar ele em uma nova narrativa sobre o recorte da realidade a ser relatada. Isso relata que nas reportagens de Mariana não havia a menção ao termo e ao aplicá-lo nesta nova narrativa denota que o jornal considera, até pela repetição, ambos como crimes.

Entre os efeitos de sentido mais efetivos, coloca a empresa responsável pela administração da barragem, no caso a Vale, como ré deste caso. Ela é culpada pelo acontecimento, isentando também a natureza da culpa deste acontecimento como chegou a ser cogitada em Mariana. Só que a palavra *tsunami* ainda aparece, como um reflexo sutil da utilização na primeira narrativa para dimensionar o tamanho dos estragos: [...] *estouro da barragem em Brumadinho provoca novo tsunami de lama e deixa rastro de mortes e destruição*.

Essa linha de apoio demonstra a atuação do esquecimento nº 2 em detrimento do nº 1. Já que a escolha de dimensionar o acontecimento foi baseada no pré-consciente, enquanto a reutilização do termo se torna inconsciente por aceitação daquela palavra como parte da narrativa de transcrição do rompimento de uma barragem. Nardi (2003) já definia o acontecimento como um eco do enunciado, apontando para o efeito de sentido que a repetição de palavras em um discurso gera.

A capa possui imagem de muita lama, pessoas sujas, bombeiros em resgate e apresenta um pouco o clima no local, demonstrando que não só a paisagem, mas as pessoas foram tomadas pela lama. No final da página há o título: *Mariana não serviu de exemplo*, para a chamada do editorial, e já demonstra a comparação com o outro acontecimento e a indignação de ter acontecido novamente um fato tão semelhante. E Orlandi (2009, p. 31) qualifica isso como “memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

O editorial utiliza as palavras *tragédia* e *tsunami* com a mesma aplicação que para o acontecimento do rompimento das barragens em Mariana. Mas outros termos como *luto* e *drama* aparecem. *Um rio de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos invadiu o escritório da empresa e seguiu deixando um rastro de luto e prejuízos e Há três anos e dois meses, idêntico drama ocorreu em Mariana.*

Essa aplicação de palavras tenta descrever as inúmeras mortes que a tragédia causou. O luto se refere à dor que alguém que perdeu algo sente, e o *rastro de luto* é relativo à lama que se espalhou, e, por isso, o luto se espalha entre muitos lugares e pessoas. O drama já se refere ao acontecimento em si por significar “acontecimento comovente” ou “desastre, desgraça, catástrofe” (MICHAELIS, 2008, p. 316).

Assim, a escolha de *luto* para definir o sentimento que acomete às pessoas no local é do esquecimento nº 2 levado pelo nº 1. Afinal, o conhecimento da sociedade ao qual o veículo se insere descreve que quando há mortes se sente pesar e, por consequência, o luto. Por isso, a escolha da palavra acontece de maneira pré-consciente através da formação discursiva ao qual se insere. “O efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2” (PÊCHEUX, 1988, p. 177).

A posição do jornal está presente no título *Tragédia Anunciada*, já que anunciar significa “servir de sinal” ou “noticiar” (MICHAELIS, 2008, p. 64). Isso retoma o que aconteceu no passado como exemplo de que poderia ter sido evitado e de que, possivelmente, resultou da negligência, tanto nesse caso quanto no anterior. Ali, o esquecimento nº 2 atua com a escolha da palavra, para que certamente signifique aos leitores. Além disso, o jornal compara a diferença no número de mortes, em Mariana foram 19 e em Brumadinho, no dia da publicação, já passava de 200. Assim, pode-se perceber que o editorial também traduz o sentimento do veículo, que em seu lugar de fala, comunica-se com os mineiros e também é impactado por aquilo que acontece no estado onde atua.

O reforçar da ideia desse efeito de sentido aparece com o questionamento ao governo de Minas sobre a flexibilização de regras para o funcionamento de barragens sob o texto *mudou as regras ambientais para facilitar a concessão das licenças prévias*, o que indica o sentido de que *facilitar* ajudou a contribuir com o ocorrido.

E o discurso se finda com o retomar do assunto sobre *negligência e à inexistência de mecanismos de prevenção de acidentes*. *A sociedade brasileira não suporta que a impunidade prevaleça*. Revisita a memória discursiva (Orlandi, 2009) e aponta para a crítica de que na outra tragédia houve impunidade. A narrativa também demonstra que, ao contrário

da *Folha de S. Paulo*, no editorial, eles citam a palavra *acidente*, que pode denotar algo imprevisível ao acontecido que eles mesmos reforçam ser *'mais uma tragédia anunciada'* virou jargão no país. Isso promove contradição e uma confusão de sentidos.

O jornal parece assumir uma posição de não querer assumir o que eles próprios definem. Desta forma, reutiliza termos usados na primeira tragédia, como *acidente*, tomados pelo esquecimento nº 1, e novos, como *crime*, apoiando-se no esquecimento nº 2.

Já na edição a seguir, há um resumo do que aconteceu ao longo de uma semana da tragédia. O mais impactante fica pela capa, que estampa o rosto das vítimas já encontradas e identificadas. Preta é a cor da tarja estampada com o enunciado *Tragédia de Brumadinho*, assim como optaram por fazer na de Mariana. E a manchete em destaque para os *Sete dias de dor*, seguida do número de mortos e de desaparecidos.

Figura 6: Capa do Estado de Minas e matéria publicada no portal no dia 01/02/2019¹⁰



Fonte: Estado de Minas e captura de tela da autora (2019).

Dor é um sentimento de sofrimento que alguém passa, principalmente, em decorrência de algo. Assim, o jornal se apoiar no esquecimento nº 2 para essa escolha, baseada pelo esquecimento nº 1, Pois, respectivamente, um esquecimento trata da escolha pré-consciente de palavras e o outro incorpora conceitos de maneira inconsciente, baseado no entendimento de mundo, ao próprio discurso (ORLANDI, 2009).

Essa escolha descreve o sentimento que a tragédia causa nas pessoas, reforçado pela expressão *Minas continua a chorar pelas mortes* na linha de apoio, denotando o que

¹⁰ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/01/interna_gerais.1026763/mais-de-100-mortos-e-poluicao-tragedia-em-brumadinho-completa-uma-sem.shtml Acesso em: 01 de out. de 2019.

chorar pode ser uma consequência do sentimento de dor. Ainda reforça-se que o jornal é mineiro, então, de seu local de fala pode compartilhar deste sentimento com as demais pessoas pela perda de seus conterrâneos. “Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente de conteúdos a transmitir [...], mas na escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*” (CHARAUDEAU, 2009, p. 39).

O título da reportagem é literal e descreve o fato, utilizando a palavra *tragédia* junto com *desastre* e *risco* para narrar o acontecimento. A escolha dessas palavras levam ao esquecimento nº 1 na repetição e aceitação para definir ambos os rompimentos de barragem.

O lado humano aparece com força nesta reportagem. Sentimentos são o que mais são descritos junto com o esclarecer dos fatos. *Dor* é utilizada assim como *sofrimento* na frase inicial do texto, associado à fala de um enfermeiro. ‘*O sofrimento é em dose homeopática*’, quer dizer que é aos poucos que o sentimento se espalha entre as pessoas, contrastando com a velocidade com que o rompimento aconteceu, mas descrevendo as circunstâncias em que as pessoas se encontram.

Ao contrário da ‘homeopatia’, que em poucas doses ajuda a curar uma doença, esse ritmo só perpetua a duração da tragédia para a população, ativando o efeito de sentido por meio do esquecimento nº 1. Esse possibilita compreender a dor como algo indesejável, que causa sofrimento e que nas dimensões descritas afeta a história de uma região.

Mancha de lama e *mar de lama* é utilizado para dimensionar a quantidade de rejeitos espalhados pela região, denotando o aparecimento do esquecimento nº 2 em relação aos estragos. O título de um quadro, no qual mostra o avanço das buscas aos corpos e os resultados de identificados e redução dos desaparecidos, está descrito como *Dor que avança*. Essa expressão reforça a ideia de que, a cada pessoa encontrada, o sentimento da perda de alguém se confirma e se espalha pela população local, principalmente, entre os parentes dos desaparecidos na espera de notícias.

Destruição também é utilizada com base no esquecimento nº 2 para dimensionar o ocorrido na linha do tempo em que se passa a tragédia durante a semana *Destruição dia a dia*. A escolha é bem acertada, afinal, o significado de destruir pode ser de “exterminar, matar ou extinguir” (MICHAELIS, 2008, p. 293), exatamente o que a tragédia ocasionou em Brumadinho. Isso intensifica o papel do jornalista descrito por Lage (2001) como aquele com autorização para narrar os acontecimentos ao público e cristaliza tal acontecimento o inscrevendo na história através dos termos escolhidos (ORLANDI, 2009).

4.4. Tragédia em Brumadinho: Folha de S. Paulo

A abordagem da tragédia pelo jornal *Folha de S. Paulo* segue ainda a linha do acontecido na tragédia de Mariana e aplicada também pelo outro veículo analisado, repetição de termos já utilizado para descrever o rompimento de uma barragem.

No título, o jornal se atenta aos dados sobre mortos e desaparecidos no novo rompimento de barragem de rejeitos de minério em Brumadinho. Essa ideia é reforçada pela linha de apoio que diz em um de seus destaques: *Estado revive Mariana após três anos, e presidente da Vale diz que tragédia humana agora será maior*. Assim, levanta o cenário de comparação que tem permeado as narrativas da tragédia de Brumadinho com a de Mariana.

Figura 7: Capa Folha de S.Paulo e matéria principal do tema no dia 26/01/2019¹¹



Fonte: Folha de S.Paulo (2019).

Tragédia e desastre ainda são termos presentes na construção do discurso. Isso acontece pela repetição das palavras na narrativa de Mariana e também pela repetição do rompimento de Brumadinho. Essa relação ocorre devido ao esquecimento nº 1, que naturaliza a utilização das palavras na descrição desse tipo de acontecimento, permitindo ao sujeito incorporar esses significados na construção do próprio discurso (ORLANDI, 2009). O jornalismo foi responsável por cristalizar a utilização dos termos na história da narrativa dos

¹¹ Disponível em :

https://acervo.folha.com.br/leitordot?numero=48613&anchor=6110743&origem=busca&_mather=807cee932e89d0d2&pd=7c99666fee1835ecef9c815e72d9dc0d Acesso em: 01 de out. de 2019.

rompimentos de barragens e faz com que o jornalista, ao retratar novamente um fato deste tipo, utilize palavras já usadas para narrar os fatos ao público (LAGE, 2001).

E o veículo de comunicação é mais ponderado em relação ao jornal mineiro, não definindo o acontecimento como *crime*. Inclusive, utiliza a palavra *acidente* várias vezes ao longo do texto. Isso denota uma consciência de que o esquecimento nº 1 ainda atua como um materializador da narrativa do rompimento da barragem de Mariana, que, pela repetição, ficou associado como válido para descrever o que aconteceu desta vez.

Assim, ao relembrar do ocorrido para descrever fato semelhante, a sua utilização na visão do sujeito do discurso se torna válida pelo conceito de verdade que a repetição do termo produziu no passado. O termo descreve o ocorrido como algo imprevisível, o que é desacreditado até pela fala do presidente da República, que afirma que *a tragédia podia ter sido evitada e evitou listar culpados, mas disse que cabe à Vale 'se antecipar a problemas'*.

A afirmação desacredita esse reforço de que o ocorrido seja um acidente, mesmo sendo creditado como ao se falar de vítimas. *Os hóspedes não estavam no local no momento do acidente*. Assim como na outra tragédia, a fala das fontes oficiais ganharam destaque e são assumidas como verdade em detrimento do esquecimento nº 1. Já *Onda de poeira e lama* também é utilizada para descrever o rompimento da barragem, associado à fala de um sobrevivente, ocorrendo o esquecimento nº 2.

O esquecimento nº 1 ocorre de maneira inconsciente porque o jornalista não consegue estar fora da formação discursiva do jornalismo que determina ações como dar voz a todos os envolvidos, apurar o conteúdo, consultar fontes oficiais e não oficiais, entre outras. Isso ocorre pelo fato de o jornalista ser afetado pelas formações discursivas que o compõe como sujeito na sociedade (PÊCHEUX, 1988). Assim como o esquecimento nº 2 ocorre de maneira pré-consciente (ORLANDI, 2009), por conta de o jornalista necessitar dimensionar, através da escolha de palavras, o acontecimento a quem não esteve presente (LAGE, 2001).

Já o conteúdo publicado uma semana depois da tragédia começa a indicar de que o veículo de comunicação introduz na narrativa a questão de o fato não ser um *acidente*, tanto que a palavra é citada apenas uma vez no texto, que descreve o que o plano de prevenção de riscos que a empresa que administra a barragem necessita ter.

A reportagem consiste em levantar os pontos divergentes da narrativa criada até então e de cobrar respostas para o rompimento da barragem em Brumadinho. O discurso cita fontes oficiais e dá lado para todos apontando as contradições e incoerências da narrativa.

Figura 8: Capa Folha da S.Paulo e matéria principal do tema no dia 01/02/2019¹²



Fonte: Folha de S.Paulo (2019).

Já na capa a manchete descreve que *Vale previu cena de destruição [...]*, levantando a hipótese da negligência como fator resultante do rompimento. E a linha de apoio reforça a narrativa de se saber com antecedência, pois *Empresa registrou em documento que área da barragem onde funcionários morreram estava sob risco*. A escolha de *previu* define um sentido de acusação à empresa. E retomando Maldidier (2003), é possível perceber que os esquecimentos são o espaço onde sujeito e sentidos são criados e determinados.

O esquecimento nº 1 contribuiu com a determinação dos termos a serem utilizados e repetidos à exaustão para descrever a tragédia. Agora, cai por terra a hipótese de ser um simples acidente, pois os efeitos de sentido levam a outras direções. E *destruição* assume o posto de *acidente* para intercalar e evitar a repetição exaustiva de *tragédia* na narrativa do rompimento da barragem. Outra palavra que aparece é *risco*, como na narrativa realizada pelo *Estado de Minas*, que se apoiou nas consequências que o acontecimento criou. Todo esse novo redesenho de palavras passa pela ordem do esquecimento nº 2. Agora se omite a naturalização do termo *acidente* para empregar outros termos para construção do discurso.

Na capa, assim como o outro veículo de comunicação, aparece uma espécie de contador do número de mortos, desaparecidos e localizados. Isso destaca que os dados surgem e mudam a direção da narrativa do rompimento. Isso porque, no título da reportagem analisada, inclusive se adiciona além da compreensão da manchete inicial a informação de

¹² Disponível em:

https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48619&anchor=6111162&origem=busca&_mather=807cee932e89d0d2&pd=d6d26f2c840a3605abb3e126175614c Acesso em: 01 de out, 2019

que a empresa [...] *desprezou o risco* do rompimento da barragem. Isso culpa a empresa, que se defende diante da acusação afirmando: *cenário era hipotético*.

Era um cenário hipotético, mas com valor real e é isso que a reportagem aponta. Caso acontecesse, quais as medidas que a empresa havia tomado para evitar que as pessoas morressem? As informações contam que as sirenes que iriam alertar sobre o rompimento foram levadas pela lama antes que pudessem cumprir seu papel, e especialistas informaram que, mesmo que houvesse aviso, as pessoas *teriam poucas chances de escapar*.

O efeito do esquecimento nº 2 auxilia a montar esse discurso de forma a apresentar a produção dos sentidos. *Acidente* só aparece citado nesta parte do texto: *Em caso de acidente ou de identificação de risco a Vale é obrigada a avisar o órgão ambiental responsável*. Assim, associa apenas *acidente* como a obrigação da empresa de prevenir. Nesse sentido, a imprensa lembra do papel de cada um no caso, sendo o dela de organizar as informações para divulgação. “A imprensa [...] funciona como um guardião, tira as pessoas da letargia e oferece uma voz aos esquecidos.” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 31)

Isso denota um aprendizado diante do ocorrido de causa e consequência semelhante ao de Mariana, mas não retira a responsabilidade dos veículos que noticiaram tais acontecimentos. É preciso reconhecer que embora tenham cumprido o papel naquele momento deixaram de fazer isso com exatidão no passado.

E a fala das fontes não oficiais auxilia também na identificação de culpados pelo rompimento. *Quem correu para onde a Vale mandou morreu, e quem não seguiu o treinamento está vivo*. Esse depoimento forte revela que o plano que a empresa tinha para evacuação do local era equivocado e que, embora, como lembra, tivesse todas as licenças para atuar, foi negligente em não se atentar a esse plano de risco.

O esquecimento nº 2, valorizando a escolha pré-consciente do uso das palavras (ORLANDI, 2009), surge como um filtro do que inserir nessa reportagem ou não. O jornalismo foca seus esforços em organizar os dados e em não usar a palavra *acidente*, já que tudo indica agora que o ocorrido foi resultado da negligência. “Mas o processo não pode ser reduzido à simples troca de itens léxicos” (LAGE, 2001, p. 21), e desta forma, o papel de informar o público e a reponsabilidade social do jornalismo ficam em destaque. Define tardiamente, mas corretamente, que, de fato, não era acidente.

5. Considerações finais

Os esquecimentos da AD caracterizam a construção dos relatos jornalísticos por

meio das palavras utilizadas para descrever os rompimentos das barragens. O esquecimento nº 1, da ordem do inconsciente (PÊCHEUX, 1988), aparece, principalmente, na replicação de palavras utilizadas por fontes oficiais, como *tragédia*, *acidente*, *risco*, no discurso jornalístico. Isso reflete, por consequência, um ar de verdade e validação a esses discursos por meio da repetição e dos efeitos de sentido produzidos (CHARAUDEAU, 2009). Já o esquecimento de nº 2, da ordem do pré-consciente (PÊCHEUX, 1988), aparece mais nas escolhas de termos que dimensionam o acontecimento como *tsunami de lama*, *mar de lama*, *mancha de lama*.

Assim, os sentidos dos relatos da tragédia de Mariana, em ambos os jornais, apontam para um acontecimento com possíveis causas naturais decorrentes de algo imprevisível. E embora a *Folha de S.Paulo* tenha publicado um editorial sem citar o termo *acidente*, em suas reportagens replica tal palavra de modo a construir esse efeito de sentido.

Já a tragédia de Brumadinho é vista pelo *Estado de Minas*, desde o primeiro conteúdo, como um crime e pela *Folha de S.Paulo* ainda como um acidente. Na quarta reportagem analisada sobre o caso, esse último veículo aponta realmente ser um fato resultante de negligência e, embora não use essa palavra *crime*, oferece informações que resultam nessa conclusão.

O esquecimento mais determinante na construção dos relatos é o nº 1, pois o jornalismo se filia à replicação de falas oficiais e incorpora os termos aos relatos jornalísticos, ditando os rumos das narrativas das tragédias. Esse discurso se valida pela repetição de palavras, criando no imaginário dos leitores o conceito de que o ocorrido, de fato, foi um acidente de causas naturais, interferindo na cobrança da responsabilidade que poderia ter sido intensificada pela opinião pública, pela mediação da imprensa.

Apenas no relato do segundo rompimento de barragem é que começa a ser abandonada a palavra *acidente* do discurso, isso ditado pelo esquecimento nº 2. E só na última reportagem de cada veículo isso acontece de maneira mais determinante. No entanto, mesmo de maneira tardia, redefine os rumos da opinião pública para a busca de respostas tanto pelo acontecimento mais recente como pelo anterior, em Mariana.

Desta forma, as narrativas das tragédias, em sua maioria, as trataram como acidentes de causas naturais, negligenciando a ação humana na construção das barragens e na fiscalização e manutenção. E isso leva a uma não responsabilização das empresas em um primeiro momento, dando inclusive a ela a oportunidade de fala sobre o ocorrido. Evidentemente esse processo ocorre naturalizado pela formação discursiva do jornalismo de dar espaço de fala a todos os envolvidos, ao qual o se filia jornalista.

Sabe-se hoje que o rompimento das barragens foram crimes resultantes da negligência das empresas que as administravam e também dos órgãos de fiscalização. Enquanto a de Mariana foi a maior tragédia ambiental da mineração, a de Brumadinho foi a maior tragédia humana da mineração. E serem categorizadas como acidente na narrativa jornalística é determinante para a compreensão dos fatos e para a formação da opinião pública diante deles. Ao criar essa percepção aos acontecimentos, os veículos de comunicação podem, inclusive, ter contribuído para a demora na responsabilização dos culpados, já que o jornalismo auxilia a informar a população para tomarem decisões (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004).

A consolidação de sentidos em desacordo com a realidade demonstra a reponsabilidade jornalística com que se deve construir o discurso. Afinal, tem de ser levado em conta essa reponsabilidade social que o veículo de comunicação possui e que vai muito além de apenas um replicador da fala de terceiros, mas um contextualizador dos acontecimentos (LAGE, 2001).

Neste trabalho, portanto, entende-se que dentro do lugar de fala de cada jornal, sendo o *Estado de Minas* informando a população mineira e a *Folha de S. Paulo* os brasileiros em geral, os veículos de comunicação informaram a sociedade, mas realizaram isso de maneira controversa por conta da ação dos esquecimentos nas formações dos discursos da informação.

A análise não visa desqualificar o trabalho dos veículos de comunicação, porém busca destacar os locais de equívoco nos discursos que servem de aprendizado para outras narrativas do jornalismo. Aponta os caminhos onde as contradições, ainda que essas sejam inerentes ao discurso, se constituíram e as consequências que tendem a causar.

O alerta serve para destacar o papel do jornalismo como um construtor da história e da responsabilidade social que ele possui de informar à sociedade, com clareza, precisão e verossimilhança, como bem destaca Lage (2001). Assim, os veículos de comunicação precisam realizar esse papel de maneira correta, se atentando para a credibilidade nos seus discursos. Logo, o jornalismo deve ser um agente atuante no combate à desinformação moderna e não no seu propagador.

Como toda pesquisa, este trabalho não termina no cumprimento dos objetivos, mas está aberto para novas pesquisas, seja no campo da AD ou a partir de outros objetos, teorias e visões sobre os mesmos discursos jornalísticos analisados.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. 1 ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009.
- DIAS, Adrielle Delgado; SANTOS, Grazielle da Silva dos. Reflexões sobre a posição-sujeito na disciplina “oralidade, leitura e escrita” do curso de Pedagogia da UFSM. **PERcursos Linguísticos**. Vitória – ES. v. 7, n. 16, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/17747/12493> Acesso em: 17 de set. de 2019.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**; tradução de Wladir Dupont. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul, manual de comunicação**; tradução Rafael Varela Jr. 2. ed – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MICHAELIS. **Dicionário prático de língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.
- NARDI, Fabiele Stockmans de. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. pp.65-83 *In*: INDURSKY, Freda. **Organon35-Discurso, língua e memória**. v.17 , n.35. Porto Alegre: Gráfica UFRGS. 2003
- ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 8 ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.
- SANTOS, Fabrício. R. A grande árvore genealógica humana. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1 e 2, pp. 88-113, jan./dez. 2014. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/21/05_pag88a113_fabriciosantos_agrandearvor_e.pdf Acesso em: 15 de set. de 2019.
- SELHORST, Bianca; BRESSAN JÚNIOR, Mário Abel. Adaptação dos jornais do interior sul catarinense para as mídias sociais. *In*: **VIII Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR)**. São Paulo. 2018. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/jpjour/JPJor2018/paper/viewFile/1402/611> Acesso em: 08 de out. de 2019.

Agradecimentos

Agradeço a todos os professores que transformaram minha forma de compreender o mundo através dos conhecimentos que compartilharam. Desde o pré-escolar até a faculdade, eles sempre foram grandes incentivadores do meu sucesso, mostrando que o caminho poderia ser árduo, mas que com muita disciplina, dedicação e foco poderia ser trilhado para chegar aonde eu quisesse.

Abro aqui um agradecimento especial para a professora e orientadora do meu TCC, Darlete Cardoso. Ela acreditou no meu trabalho desde quando o comecei e me apoiou sempre que possível, aconselhando e me mostrando os rumos que deveria seguir para chegar ao meu destino final que é a conclusão de mais esta etapa da graduação.

Lembro aqui dos meus amigos que nunca deixaram minha confiança se abalar diante deste processo exaustivo. Que vibraram comigo diante de cada conquista e que até compartilharam algumas delas comigo, vocês foram fundamentais e me ajudaram em inúmeros momentos, seja me levantando diante dos meus tombos ou se tornando o motivo de um sorriso.

Agradeço ao Adriano Maass que é meu companheiro de vida e maior incentivador. Foi quem me ajudou a superar o maior desafio da minha vida, o transtorno de ansiedade generalizado descoberto tardiamente, há cerca de dois anos. Ele é quem me ajuda em tudo e que compreende minhas ausências junto do nosso gato inconformado, o Nego. Amo eles com a plena certeza de ser uma das minhas maiores sortes neste mundo.

Aos meus saudosos pais, Silvino e Bernadete, agradeço por sempre terem sido grandes exemplos, incentivando os meus estudos e o meu sonho de cursar o ensino superior. Eles nunca desistiram de mim e sempre me apoiaram, mesmo sabendo que dentro de suas limitações não poderiam me ajudar a pagar uma faculdade. Eles me ensinaram a ser uma pessoa melhor, a aprender que família, amor, carinho e apoio vale mais do que qualquer dinheiro do mundo e que o conhecimento é capaz de transformar a vida das pessoas.

Nunca estamos sozinhos e agradecer àqueles que compreenderam carinhosamente a minha ausência é essencial. Sem estes aqui citados nada disso seria possível, sendo que só acontece porque aquele que me guia, consola e acolhe é bom o tempo todo e ao tempo todo ele é bom. E claro, é necessário constar em registro para que, no futuro, meus sobrinhos leiam e entendam que todas as renúncias que fiz não foram em vão e que a tia se compromete a estar mais com vocês depois disso.

Att. Bianca Selhorst